



# De Minas para o Brasil

Jaldo de Souza Santos,  
Presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF)  
E-mail [presidencia@cff.org.br](mailto:presidencia@cff.org.br)

No dia 17 de junho, fui a Belo Horizonte, a convite do Governador de Minas, Aécio Neves, para assistir, no Palácio da Liberdade, ao lançamento do que considero uma das mais importantes ações públicas na área da saúde, no Brasil: o *Programa Farmácia de Minas*. É um Programa abrangente, de longo alcance social, e criado com inteligência e sensibilidade, porque põe no centro da cena não a distribuição desqualificada de medicamentos, dessas que fazem barulho e mostram números, mas a dispensação à luz da ciência farmacêutica, figurando o medicamento como um bem social a serviço da saúde da população para ser entregue, com agilidade, racionalidade e eficácia. Os serviços dos profissionais farmacêuticos também estão no núcleo do Programa e a serviço do cidadão.

Eu vinha acompanhando a elaboração do Programa Farmácia de Minas, desde o seu início e, a cada nova notícia sobre o mesmo, surpreendia-me com a sua complexidade. O programa irá atender, de início, a 67 Municípios mineiros com população de até 10 mil habitantes. Em seguida, o atendimento será expandido a mais 107 Municípios com população entre 20 e 30 mil habitantes, até propiciar uma cobertura a mais de 70% das cidades do Estado.

Para tanto, o Governo irá construir uma farmácia, em cada cidade. A previsão do Governo é que sejam construídas 600 farmácias, até 2.010. A atenção primária à saúde é o foco dessa ação. O Farmácia de Minas é tão bom e goza de tanto crédito, que mais de 400 Municípios já manifestaram interesse em firmar parcerias com o Estado, com vistas a implantar as unidades da rede.

Mas por que todos os olhares do País voltam-se para o Programa, tendo-o já como uma referência em saúde pública? São muitos os fatores, que vão da garantia de que, ali, haverá os medicamentos necessários ao atendimento em atenção básica à exigência de dedicação integral do farmacêutico à farmácia da rede, durante todo o seu horário de funcionamento, e à intensa qualificação do profissional. E mais: a estruturação dos serviços farmacêuticos e as boas condições de trabalho.

Em junho, todos os farmacêuticos contratados pelos Municípios parceiros participaram, em Belo Horizonte, do "I Seminário de Implantação da Rede Farmácia de Minas". Foi a porta de entrada do profissional. O evento apresentou as bases e os princípios do Programa, discutiu a assistência farmacêutica, no

SUS, e definiu as atividades que serão desenvolvidas pelos farmacêuticos, nas unidades.

Depois, mãos à obra. Os farmacêuticos irão lidar com a armazenagem adequada, programar a aquisição e a dispensação de medicamentos. Daí, avançarão para a lida em equipes da Saúde da Família do Município e, para isso, terão que se preparar para atuação multiprofissional.

O Governo de Minas criou, nesse pacote de ações, o SiGAF (Sistema Integrado de Gestão da Assistência Farmacêutica), através do qual os farmacêuticos acompanharão o tratamento da tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes e saúde mental. Mais: vão notificar o surgimento de reações adversas a medicamentos e queixas técnicas. Enfim, farão o acompanhamento fármaco-terapêutico dos pacientes.

O que está acontecendo, em Minas, não é um sonho, mas a vontade política e o destemor de gestores, como o Governador Aécio Neves; o Secretário de Saúde de Minas, Marcus Pestana; e o Superintendente de Assistência Farmacêutica, Augusto Guerra. Eles partiram da idéia irrefutável de que uma assistência farmacêutica efetiva, tendo o profissional farmacêutico no centro desse contexto, é condição *sine qua non* para se construir uma saúde pública de qualidade.

Ou seja, não basta ter dinheiro, mas gestor qualificado. Entende-se por qualificação, também, uma boa dose de sensibilidade, de visão e desejo de acertar. Falar em ter dinheiro, para implantar uma unidade da rede Farmácia de Minas, cada Município receberá do Governo do Estado R\$ 90.000,00 (para a construção do estabelecimento e aquisição de mobiliário e equipamentos), mais 13 parcelas de R\$ 1.200,00, para auxiliar o Município no custeio do farmacêutico.

A seriedade do Programa é tamanha, que exige do farmacêutico o cumprimento de um Termo de Responsabilidade Técnica. Segundo o documento, ele fica obrigado a assumir integralmente as atividades do estabelecimento e participar dos programas educativos do Governo.

Ora, o farmacêutico é um educador por excelência e, muitas vezes, tem esse viés desperdiçado devido à estreiteza de visão de proprietários e gestores. Agora, Minas resgata essa potencialidade do profissional. Minas é um exemplo que deve ser seguido pelos outros Estados.